



REVISTA DE DIREITO DA CIDADE
EDITORIAL PARA O VOL. 15-1 (2023)

Maurício Jorge Pereira da Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: mjmota1@gmail.com



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 15, N.01., 2023.

Maurício Jorge Pereira da Mota

DOI: [rdc.2022.71750](https://doi.org/10.24080/rdc.2022.71750) | ISSN 2317-7721

A Revista de Direito da Cidade, indexada na Web of Science e no Google Scholar com mediana H5 de 16,0, de periodicidade trimestral, neste volume 15, número 01, 2023, tem o prazer de informar que o artigo “PEREIRA, Jane Reis, A Iniciativa Popular no Sistema Constitucional Brasileiro: Fundamentos Teóricos, Configuração e Propostas De Mudanças. Revista de Direito da Cidade, v. 8, n. 4, p. 1707-1756, out./dez. 2016, p. 1730-1731” foi citado na decisão da AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 825 AMAPÁ, ajuizada no Supremo Tribunal – STF, de relatoria do Ministro Alexandre de Moraes.

A Revista tem ainda o prazer de publicar o artigo “Crisis management and public policies. The trend toward regulatory practices in some countries” de Benjamín José Méndez Bahena, Professor do Instituto Politécnico Nacional, México, de Pablo Armando Cruz Hernández, Assistente de pesquisa no departamento de estudos internacionais da Universidade Autônoma Metropolitana (UAM), Unidade Cuajimalpa, México. Doutor em Ciências Sociais e Humanidades e de Jorge Enrique Culebro Moreno, Professor Titular C em tempo integral do Departamento de Estudos Internacionais da UAM-Cuajimalpa, México.

O artigo “Crisis management and public policies. The trend toward regulatory practices in some countries” tem como objetivo investigar se os governos tendem a implementar políticas regulatórias em resposta à pandemia de Covid-19 e examinar o tipo de resposta dos cidadãos a diferentes tipos de políticas. Dado que a participação cidadã ativa e colaborativa é um elemento essencial para o gerenciamento adequado da crise, a resistência cidadã, a oposição ativa e as manifestações em espaços públicos são prejudiciais para o sucesso das políticas governamentais diante de uma crise. Empregou-se as perspectivas teóricas de gestão de crises e análises institucionais, bem como os métodos qualitativos de estudo de caso e os estudos comparativos. Analisou-se os diferentes tipos de políticas implementadas em diferentes países. A análise mostra que há, de fato, uma tendência à implementação de políticas regulatórias. Também identifica que os locais onde políticas regulatórias são criadas e implementadas sem levar em conta aspectos contextuais, costumam catalisar o desconforto do cidadão. Portanto, argumentou-se que o tipo de política utilizada é relevante para decidir quais devem ser as respostas dos governos e seu efeito sobre a legitimidade durante as crises.

Assim como nos números anteriores, no atual volume 15, número 01, 2023, publicamos 16 (dezesesseis) artigos inéditos, sendo 05 (cinco) artigos estrangeiros: o já citado “Crisis management and public policies. The trend toward regulatory practices in some countries” de Benjamín José Méndez Bahena, Professor do Instituto Politécnico Nacional, México, de Pablo Armando Cruz Hernández, Assistente de pesquisa no departamento de



estudos internacionais da Universidade Autônoma Metropolitana (UAM), Unidade Cuajimalpa, México. Doutor em Ciências Sociais e Humanidades e de Jorge Enrique Culebro Moreno, Professor Titular C em tempo integral do Departamento de Estudos Internacionais da UAM-Cuajimalpa, México; “Changing trend of peasant behavior in Russia during Stolypin's agrarian reform” de Dmitry V. Kuznetsov, da Omsk State Agrarian University, Federação da Rússia; “La criminalización de los migrantes senegaleses en Argentina: El caso “Bara””, de Maximiliano Nicolás Campana, Advogado (Universidade Nacional de Córdoba - Argentina). Pesquisador Tipo 2 – CONICET. Doutor em Direito e Ciências Sociais (Universidade Nacional de Córdoba. Membro da Clínica de Interesse Público, Associação civil e do Programa de Direitos Sexuais e Reprodutivos da Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Córdoba; “El flagelo del trabajo infantil en América Latina y el Caribe. Un estudio sobre la problemática en Brasil” de Paula Fernández Lopes, socióloga, Doutoranda pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Pesquisadora em formação da CONICET com sede no Instituto Gino Germani e professora da Universidade de Buenos Aires - UBA; “Transformaciones emancipatorias. Acerca de la colonialidad en el derecho” de Maria Cristina Liendo, Professora Licenciada em Filosofia. Universidade Nacional de Córdoba. Argentina. Doutora em Filosofia, (com especialização em Filosofia Política). Universidad de Chile. Chile.

Em nossa Seção Ensaio publicamos 04 (quatro) ensaios, sendo 02 (dois) ensaios sobre políticas públicas: “Entre rebanhos e grãos: apresentando evidências e hipóteses sobre a cidade e o urbano a partir de Campo Grande - MS” e “Paraisópolis, pandemia e(m) horizontes decoloniais: a potencia como vetor do “fazer-cidade” e instrumento de realização do direito à saúde dos considerados “sem-lugar””.

Nesse número da Revista mantivemos nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, de inúmeros Estados do país e também de muitos países estrangeiros, em um total de mais de 420 pareceristas avaliadores.

Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista de Direito da Cidade está indexada.

Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista de Direito da Cidade são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.



Boa leitura a todos!

Mauricio Mota - Editor da Revista de Direito da Cidade

Sobre o autor:

Maurício Jorge Pereira da Mota

Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1994), mestrado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997) e doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é Professor do Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e Procurador do Estado - Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB. Editor Chefe da Revista Quaestio Iuris e da Revista de Direito da Cidade. Coordenador do Curso de Especialização em Advocacia Pública da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Membro do Fórum Permanente de Direito da Cidade da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ. Consultor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Privado e Direito Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: boa-fé, contratos, proteção ao devedor, políticas públicas, direito ambiental e controle da administração pública.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: mjmota1@gmail.com



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 15, N.01., 2023.

Maurício Jorge Pereira da Mota

DOI: [rdc.2022.71750](https://doi.org/10.24080/rdc.2022.71750) | ISSN 2317-7721